Ano 01 - Edição 01
RealizAção
Revista online de extensão da UFGD

TERRITORIALIZAÇÃO DAS FECULARIAS NO MATO GROSSO DO SUL

Ucleber Gomes Costa[1]

RESUMO: O presente trabalho analisa as características do espaço geográfico produzido pela e para atividade produtiva da mandioca – composta pelo cultivo, industrialização e comercialização da mesma – na porção Sudeste e extremo-Sul do Estado de Mato Grosso do Sul. Sobre o cultivo, procurou-se compreender as relações de trabalho estabelecidas entre agricultores, arrancadores e contratantes. A industrialização delimita o funcionamento das fecularias localizadas nos Municípios de Ivinhema, Naviraí, Deodápolis, Glória de Dourados, Novo Horizonte do Sul, Mundo Novo, Sete Quedas, Itaquiraí, Tacuru, Coronel Sapucaia, Cassilândia e Anaurilândia. Realizamos o levantamento de dados de campo para nos aproximarmos do objeto de pesquisa e conseguirmos delimitar nosso objeto de investigação. Aplicamos questionários em seis fecularias, trinta agricultores, entrevistamos um técnico do Agraer, um funcionário do Banco do Brasil, dez trabalhadores que atuam no arranque da mandioca e um organizador de turma. Analisamos o trabalho na fábrica, onde estivemos numa condição de *observador participant*e, visto que as situações estavam depositadas em nossa memória. A concentração das fecularias no Sudeste e extremo-Sul do Mato Grosso do Sul deve-se muito à expressão da centralização administrativa do empresariado paranaense, paulista e catarinense em seus respectivos Estados. A reprodução do capital feculeiro é potencializada a partir de suas estratégias espaciais montadas com suas interações complexificadas pela diversificação das unidades fabris espalhadas em território sul-mato-grossense, e no espaço da fronteira com o Paraguai, e de seus produtos. As relações de trabalho dentro da fábrica têm sofrido alterações e mudado a cultura profissional do operariado sul-mato-grossense. Os agricultores, predominantemente, se caracterizam pela posse ou arrendamento de áreas de até 100 hectares, possuindo pouco aparato técnico para o cultivo e recorrendo ao aluguel de máquinas. As relações de subordinação do trabalho do agricultor familiar pelas fecularias ocorrem de duas formas: pela monopolização do capital no território, quando as empresas compram matéria-prima do agricultor; e pela territorialização do capital, quando as indústrias arrendam e/ou plantam em terras próprias.

PALAVRAS-CHAVE: Fecularias. Industrialização. Relações de produção. Relações de trabalho.

TERITORIALIZATION OF STARCH IN MATO GROSSO DO SUL

ABSTRACT: The present study analyzes the characteristics of the geographic space produced by and for productive activity of cassava - composed by cultivation, industrialization and its marketing - in Southeastern portion and extreme South of the State of Mato Grosso do Sul. On the cultivation, sought to understand the relations of work

[1] Acadêmico da UFGD – UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – *e-mail:* uclebergomes@gmail.com

established between farmers, starters and contractors. The industrialization delimitates the functioning of mills located in the following cities: Ivinhema, Naviraí, Deodápolis, Glória de Dourados, Novo Horizonte do Sul, Mundo Novo, Sete Quedas, Itaquiraí, Tacuru, Coronel Sapucaia, Cassilândia and Anaurilândia. We conducted a survey of field data in order to move closer to the object of research and we get to delimit it. We applied questionnaires in six mills, 30 farmers and interviewed a technician of Agraer, an employee of the Banco do Brasil, ten workers who operate at the start of the manioc and an organizer of class. We looked at the work in the factory, where we've been in a condition of participating observer, since the situations were deposited in our memory. The concentration of starch in the Southeast and Southern of Mato Grosso do Sul State is greatly due to the expression of administrative centralization of entrepreneurship from the Paraná State, people of São Paulo and Santa Catarina State, in their respective States. The capital reproduction of starch is potentized from their spatial strategies assembled with their interactions as restructured fragmentations made more complex by the diversification of manufacturing units scattered in the territory of Mato Grosso do Sul, and space of the border with Paraguai and their products. The working relations within the factory has suffered changes and changed the professional culture of the Mato Grosso do Sul proletariat. The farmers, predominantly, are characterized by the possession or leasing of areas of up to 100 hectares, possessing little technical apparatus for the cultivation and resorting to the rental of machinery. The relations of subordination of the work of the family farmer mills occur in two ways: by monopolisation of the capital in the territory, when companies buy raw material from the farmer; and the territorialisation of capital, when industries lease and/or planted on its own lands.

KEYWORDS: Starch. Industrialization. Relations of production. Labor Relations.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo geral investigar as características do espaço geográfico produzido pela e para atividade produtiva da mandioca – composta pelo cultivo, industrialização e comercialização da mesma – na porção Sudeste e extremo-Sul do Estado de Mato Grosso do Sul. Sobre o cultivo, procura-se compreender as relações de trabalho estabelecidas entre agricultores, arrancadores e contratantes. A industrialização delimita o funcionamento das fecularias localizadas nos Municípios de Ivinhema, Naviraí, Deodápolis, Glória de Dourados, Novo Horizonte do Sul, Mundo Novo, Sete Quedas, Itaquiraí, Tacuru, Coronel Sapucaia, Cassilândia e Anaurilândia. A comercialização recorta, principalmente, a inserção dessa produção no mercado nacional a partir da valorização da fécula pela indústria alimentícia e, secundariamente, no mercado internacional do amido e seus sucedâneos.

Nosso ponto de partida teórico pauta-se pela categoria da formação sócio-espacial, categoria que tem base na tradição marxista, a partir da FES (Formação Econômica e Social) e foi aperfeiçoada por Santos em 1977. Para Santos (2008), modo de produção, formação social e espaço, são categorias interdependentes, assim, para se ter ideia do todo sem desconsiderar as partes - pois o modo de produção capitalista se reproduz de forma diferente em espaços diversos - visto da dialética que se constitui entre a ordem global e a ordem local no espaço, que conforme indicado por Santos (2008, p. 34) "o espaço impõe a cada coisa um conjunto particular de relações porque cada coisa ocupa um dado espaço". Assim, "O modo de produção seria o 'gênero' cujas formações sociais seriam as 'espécies" (SANTOS, 2008, p. 26). Por considerarmos que o modo de produção não se reproduz de forma padronizada, conforme indicou Milton Santos, devido às particularidades da formação social e as particularidades do espaço serem determinantes e, portanto, interdependentes, assim pensamos o nosso estudo pela formação sócio-espacial para mostrar as particularidades da mandiocultura, principalmente a destinada a produção de fécula do Estado de Mato Grosso do Sul.

Também por considerarmos que o (...) "modo de produção se expressa pela luta e por uma interação entre o novo, que domina, e o velho" (SANTOS, 2008, p. 28). As formas sociais e as técnicas antigas impõem resistência às novas formas e técnicas que procuram se expandir e se acomodar dentro do modo de produção, assim, os lugares caracterizarem-se por diferentes condições técnicas e pelo acúmulo desigual de tempos. O principal é que esse modo de produção não se reproduz por igual em todos os lugares. Nisso está à riqueza da categoria, em não homogeneizar processos.

No Sul desta Unidade da Federação, um importante registro deve ser creditado ao reconhecimento dos impactos nas comunidades indígenas que Brand (1993) chamou de confinamento dos indígenas. Sem esquecermos que isso foi fomentado pelo Estado brasileiro, sobretudo com os militares no poder, que incentivaram a migração de nordestinos, sulistas e sudestinos ao Mato Grosso do Sul, visando à racionalização do espaço aos moldes capitalistas. Já para Fabrini (1996), que estudou a posse da terra e o sem-terra no Sul de Mato Grosso do Sul em Itaquiraí, registra que nesta porção regional houve a ocupação da fazenda Itasul, e observa que a partir dessa ocupação e da formação do assentamento, os pequenos

proprietários de terra tiveram a possibilidade de vender sua produção, ou excedente de sua produção, para pequenas indústrias que "nasceram" nesse processo como laticínios e fecularias (FABRINI, 1996, p.167).

Segundo Mizusaki (2009, p. 60), a apropriação fundiária no Mato Grosso do Sul expressa sua configuração das atividades e do desenvolvimento. Nos espaços que foram constituídos por latifúndios com extensão maior que 1.000 ha, desenvolveram-se a pecuária, e em menores quantidades a produção de soja e cana-de-açúcar. Nas propriedades de médio porte, entre 100 e 1.000 ha, desenvolveu-se a pecuária e as culturas agrícolas da soja e do trigo, e já nos minifúndios, principalmente nas áreas de colonização oficial com extensões menores que 100 ha (que é em essência a realidade do Sul do Estado, portanto de nosso caso de estudo), desenvolveram-se as atividades relacionadas às culturas do arroz, feijão, mandioca, soja, a pecuária leiteira e também a agroindústria de aves e suínos.

O Estado, em conjunto com a iniciativa privada[2], foi decisivo em fomentar esse modo industrial de produzir e na formação de condições propícias para que os camponeses produzissem matéria-prima para a indústria. As fecularias assim como outras indústrias foram atraídas por incentivos e por acharem também possibilidade de retorno imediato no Mato Grosso do Sul. De acordo com Le Bourlegat *et al* (2004), principalmente o Sudeste de Mato Grosso do Sul foi alvejado pela colonização sulista, sobretudo de agricultores paranaenses e catarinenses, por um processo de avanço de fronteiras agrícolas, desde as décadas de 1950 e 1960 com mais intensidade a partir de 1970/80 do século XX. Esses migrantes traziam consigo a tradição de cultivar a mandioca para fins industriais, hábito esse adquirido em suas trajetórias vividas em seus lugares de origem. As experiências inovativas do negócio da fécula a partir de 1980 no Paraná devido sua proximidade com o Sudeste de Mato Grosso do Sul, proporcionou investimentos capitalistas tanto para plantação de mandioca destinada à produção de matéria-prima, quanto investimentos na instalação de novas plantas industriais feculeiras.

Nossos procedimentos de pesquisa partiram de revisão bibliográfica, a partir da qual resgatamos a história do processo de ocupação regional, nos colocamos em contato com

[2] Sobre esse assunto ver o trabalho de Oliveira, T.C.M. (1993).

trabalhos que analisam os [3]arranjos produtivos da mandioca, as relações de produção e de mercado. A pesquisa bibliográfica proporcionou, também, o entendimento do processo da industrialização brasileira, em particular da sul-mato-grossense, assim como a caracterização atual das fecularias, quais suas relações territoriais em âmbito global e nacional.

Nossa opção foi realizar o levantamento de dados de campo para nos aproximarmos do objeto de pesquisa e conseguirmos delimitar nosso objetivo de investigação.

Utilizamos do levantamento de dados primários e secundários. Os dados secundários foram obtidos no IBGE (quantidade de áreas plantadas por regiões e municípios, rendimento da mandioca etc.), no CEPEA (preço de raiz e de amidos), da ABAM (dados relacionados à produção de produtos e subprodutos da mandioca) e FAO (dados relacionados à produção mundial e produtividade). Os dados secundários complementaram e fundamentaram a pesquisa trazendo representação do complexo industrial feculeiro.

Os dados primários foram obtidos a partir de visitas técnicas a algumas propriedades e às feculeiras, para observar os processos de produção e administração. Articulamos essas ideias com os dados obtidos na investigação das fecularias e farinheiras (dados primários e secundários) e propriedades de terra visitadas para relacionar empírico e teoria.

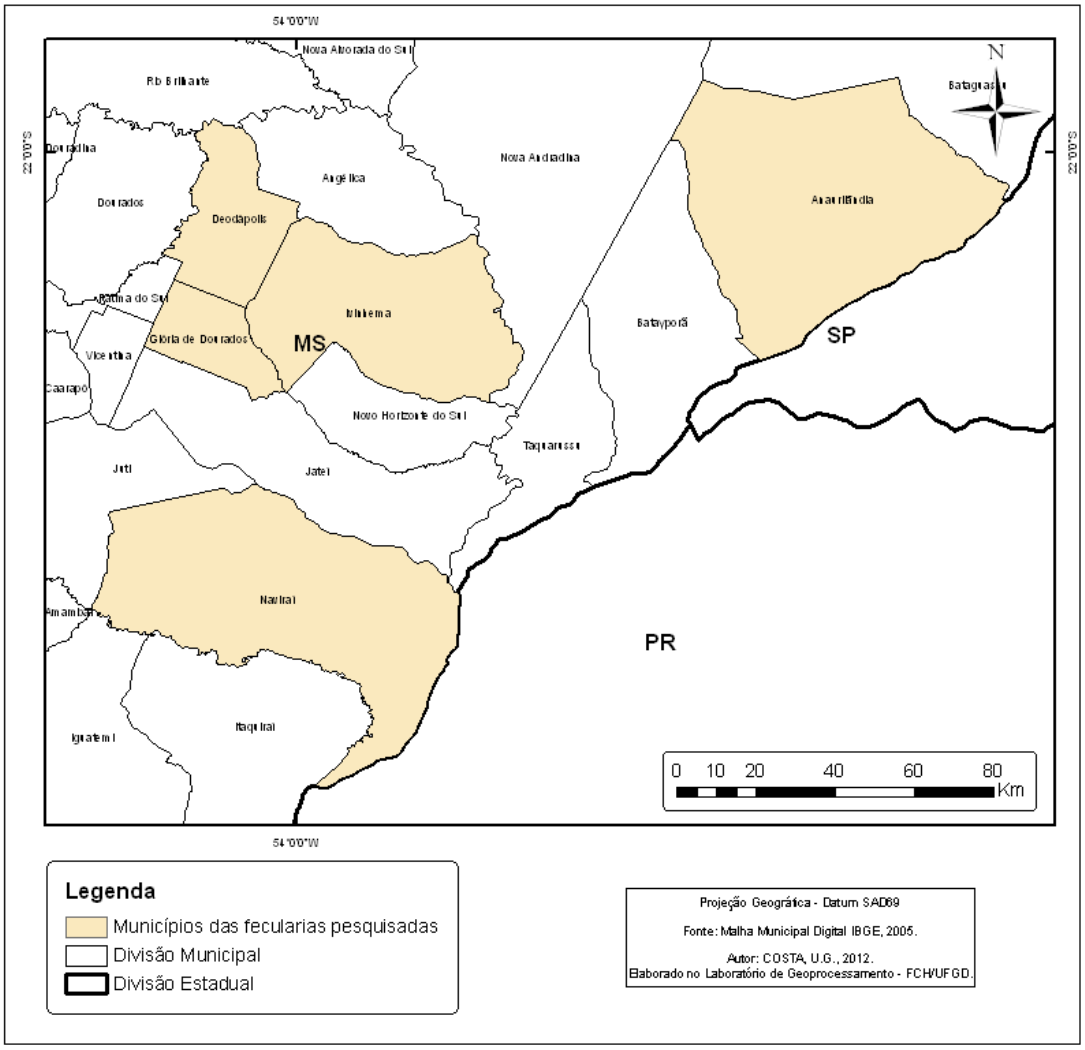
A pesquisa de campo teve início com uma visita à SEPROTUR (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo de Mato Grosso do Sul) em 1º de junho de 2010, com a orientadora e dois colegas do Grupo de Pesquisa. Nesta visita realizamos um levantamento de dados iniciais para posterior formação de um quadro de identificação e localização das plantas fabris feculeiras. Nesta visita fomos atendidos pelo Secretário da Cadeia Produtiva da Mandioca de Mato Grosso do Sul que nos forneceu relatório com algumas informações sobre as fecularias.

Foi também aplicado um questionário no mês de julho de 2011 em seis fecularias que estão localizadas nos Municípios de: Ivinhema (duas unidades), Naviraí (uma unidade),

[3] Valle (2006, p. 17) argumentando sobre os estudos realizados pela Rede de Pesquisas em Sistemas Produtivos Locais (REDESIST), com sede no Instituto de Economia do Rio de Janeiro, "Tais estudos levaram os pesquisadores a constatarem que no Brasil, nem sempre as aglomerações econômicas especializadas se manifestam como ""sistemas produtivos locais"", uma vez que elas podem se apresentar de forma fragmentada ou com articulações ainda insuficientes, denominando tais fenômenos de ""arranjos produtivos locais"".

Glória de Dourados (uma unidade), Deodápolis (uma unidade) e Anaurilândia (uma unidade), (Ver Mapa 1).

Mapa 1 – MATO GROSSO DO SUL – Municípios nos quais estão instaladas fecularias pesquisadas



As relações de produção (e subordinação) entre agricultores e fecularias serão compreendidas com o suporte teórico de Oliveira (1991) e Martins (1991). As formas de organização na agricultura estão amparadas e firmadas no conceito de Agricultura Familiar com suporte teórico de Abramovay (1998), que defende uma maior coordenação da

agricultura pelo Estado com o papel de subsidiar os produtos consumidos internamente no mercado doméstico.

Para conhecermos a relação entre os agricultores e agências de fomento e de acompanhamento técnico, entrevistamos um técnico do Agraer do Município de Glória de Dourados (em 22/08/2011), e um funcionário do Banco do Brasil também da agência em Glória de Dourados (23/08/2011).

Entrevistamos dez trabalhadores que trabalham com a arranca da mandioca, e entrevistamos ainda, um organizador da turma conhecido como "dono da turma", de arranque de mandioca, no mês de agosto de 2011. Estas entrevistas nos proporcionaram identificar seus dados sócio-econômicos, suas condições de trabalho e a relação do "dono da turma" com os trabalhadores do arranque da raiz de mandioca e com os donos das roças.

O trabalho na fábrica foi analisado segundo o aparato teórico-metodológico do sociólogo Martins (2008) que discute modelo de trabalho na qual o autor está numa condição de *observador participant*e que produz uma *elaboração "a posteriori"*, visto que as situações estão depositadas na memória do sujeito observador. Do ponto de vista metodológico, dá-se o nome a este tipo de trabalho de *revelador analisador* dos processos de trabalho e suas características. Essas características *não são em princípio visíveis ao pesquisador acadêmico que não tem acesso direto e espontâneo às minúcias cotidianas da produção* (MARTINS, 2008, p. 142; 143). Ainda entrevistamos um ex-funcionário de uma fecularia do Município de Glória de Dourados, no mês de setembro de 2011, para saber as condições de trabalho, salário, e as modificações ocorridas na fábrica feculeira, entre outros.

A ESPACIALIZAÇÃO DO CULTIVO DA MANDIOCA NO MATO GROSSO DO SUL

O setor mandioqueiro de Mato Grosso do Sul, subdivide-se ao ramo farinheiro e ao feculeiro. Os dois sub-setores organizam-se de formas diferentes, sendo que o setor farinheiro está vinculado à produção de menor escala por unidade produtora alcançando o mercado local e nacional e, já o setor feculeiro, tem alcance mais nacional e secundariamente,

o mercado internacional, principalmente, por meio dos amidos modificados e da produção de sagu.

Espacialmente, diferenciam-se em suas organizações. Enquanto as farinheiras localizam-se concentrando e centralizando produtiva e financeiramente nos Municípios das Microrregiões do Alto Taquari, Bodoquena, Campo Grande e em menor grau de Iguatemi, as fecularias estão localizadas e concentradas nas Microrregiões de Iguatemi e de Dourados (correspondem ao Sudeste e extremo-Sul do Estado) com centralização administrativa e financeira dos Estados do Paraná, Santa Catarina e São Paulo.

Diferencia-se ainda, pelas fecularias agirem via lógica do médio e grande empresariado, enquanto as farinheiras serem ligadas a lógica da produção familiar, muitas em forma de associações. Além de seus donos serem também os produtores da matéria-prima para a produção de farinha, comprando a raiz em menor grau de agricultores.

O setor feculeiro está concentrado nas Microrregiões de Iguatemi e de Dourados, devido sua formação sócio-espacial que desde a década de 1950 mantém interações espaciais com os Estados do Paraná, Santa Catarina e São Paulo pelos fluxos de pessoas (migrações) devido a colonização via setor público e privado, e de investimentos. E, se insere dentro da Agricultura Familiar sul-mato-grossense, por receita (receita anual de até 110 mil Reais) e de extensão de seus terrenos (de até 100 hectares) da maioria de seus agricultores, em parte significativa, arrendatários.

Ocupa juntamente com a cana-de-açúcar, milho, gado bovino e a soja, áreas principais das ocupações nas Microrregiões de Iguatemi e de Dourados, sofrendo pressão nas áreas ocupadas nos últimos anos do setor canavieiro direta e indiretamente, visto do preço de insumos e da terra, consequentemente, do arrendamento, terem subido e da ocupação de áreas de pastagens antes utilizadas para o manejo de gado bovino terem passado a ocupação canavieira, visto que para reforma das pastagens, costuma-se plantar mandioca para o processamento industrial, até voltar a serem pastagens novamente após um período de tempo.

A área de colheita de mandioca tem passado por redução, de 32.492 hectares no ano de 2005 a 23.759 hectares no ano de 2009. Mas a produção não tem acompanhado essa queda em termos percentuais devido ao aumento da produtividade que cresceu de 16,58 a

19,31 respectivamente, sendo que no mesmo período caiu de 538.754 toneladas no ano de 2005 para 459.011 toneladas produzidas no ano de 2009.

As interações espaciais desses grupos feculeiros, em sua maioria, estão relacionadas as suas filiais, e respectivas sedes, de onde existe o comando logístico e de vendas, além das operações financeiras mais centralizadas nos seus Estados de origem. A concentração das fecularias no Sudeste e extremo-Sul do Mato Grosso do Sul, deve-

se muito a expressão da centralização administrativa do empresariado paranaense, paulista e catarinense. Em seus respectivos Estados, a reprodução do capital feculeiro é potencializada a partir de suas estratégias espaciais montadas com suas interações complexificadas pela diversificação das unidades fabris espalhadas em território sul-mato-grossense, e no espaço da fronteira com o país Paraguai e de seus produtos.

As interações espaciais via produção de amido de mandioca têm alcançado em maior medida o mercado nacional, e também de forma descontínua, o mercado internacional (com 3.000 toneladas em 2008, 3.413 toneladas em 2009 e 3.013 toneladas no ano de 2010) por alguns grupos feculeiros via fécula, amidos modificados e sagu, e em partes, transferidos para as matrizes, não aparecendo todas as vendas nas exportações de Mato Grosso do Sul.

As empresas: Indústria e Comércio de Alimentos Vô Corinto, Pilão Amidos unidade de Deodápolis, Indústria Agro Comercial Cassava S/A, Incol: Indústria e Comércio de Fécula O´linda, Pantanal Agroindústria pretendem ou ampliar sua capacidade de moagem ou ampliar o *mix* de seus produtos nos próximos anos, o que garante alguma expansão no setor.

OS TRABALHADORES: AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E SUBORDINAÇÃO NO SETOR FECULEIRO

Na amostragem de 30 agricultores questionados, residentes nos Municípios de Ivinhema, Deodápolis, Fátima do Sul, Vicentina, Novo Horizonte do Sul e Juti, identificamos que existem 66,67% (20) dos entrevistados morando nas cidades e 33,33% (10) no campo. Esses agricultores se encaixam numa Agricultura Familiar em essência de pequeno porte com até 100 hectares. Uma Agricultura Familiar não tão eficiente em termos produtivos, mas que

tem função de fornecer matéria-prima a baixo custo às indústrias, que colocam a fécula de mandioca no mercado, considerando o papel socializador da agricultura.

A subordinação capitalista no setor mandioqueiro/feculeiro de Mato Grosso do Sul, ocorre de duas maneiras. Uma é pela subordinação direta, quando o empresário capitalista se apropria diretamente, pela propriedade privada da terra ou por meio de arrendamento, prática da fecularia Pantanal Agroindústria que planta em terras arrendadas, portanto, está relacionada à territorialização do capital industrial que detém o controle da propriedade por meio do arrendamento da terra (apropriação direta), da agricultura, e da indústria, pois está centralizada na indústria, que é responsável por produzir capitalisticamente.

A Indústria e Comércio de Alimentos Vô Corinto Ltda., localizada no Município de Anaurilândia/MS, pretende entrar nessa lógica da territorialização, pois, a partir do ano de 2012, a empresa pretende plantar cerca de 240 hectares de mandioca para o próprio processamento industrial, se apresentando como estratégia para enfrentar a pressão e o crescimento do setor sucro-alcooleiro no Estado de Mato Grosso do Sul e, especificamente, nesses Municípios em que a produção de mandioca para a indústria de fécula se faz mais presente. Ocorre que o preço da terra foi elevado, e, consequentemente, a renda da terra, uma vez que parte dos agricultores que cultivam mandioca são arrendatários e sentem dificuldades de continuar produzindo nas terras pelo aumento do preço do arrendamento, gerando escassez de matéria-prima para a indústria feculeira.

Outra forma de subordinação é pela apropriação indireta, quando o capital extrai o excedente econômico dos agricultores por manter relações de compra de produções, características das demais fecularias entrevistadas. E, 50% dos agricultores de nossa amostragem são arrendatários e, devido a relação direta entre preço da terra e renda da terra, a renda desses agricultores advinda da terra com a atividade mandioqueira tem ficada comprometida devido ao aumento do preço da terra, e consequentemente, do arrendamento. De 2006 a 2011, o preço da terra e o arrendamento de terras nos Municípios que receberam implantação de unidades fabris de usinas sucro-alcooleiras, cresceu cerca de 50%. Em Ivinhema e em Fátima do Sul o preço da terra para a agricultura no mesmo período, passou de R$5.371,90 a R$10.330,57 e R$4.958,67 a R$12.396,67 o hectare, respectivamente. O arrendamento em Deodápolis para a plantação, passou do ano de 2006 a 2011 de R$206,61 a

R$413,22 o hectare. Outro fator que se junta a esse na elevação do preço do arrendamento da terra no Mato Grosso do Sul é o fato de que nas últimas duas colheitas (ano de 2011), uma de soja e a outra do milho, foram consideradas boas do ponto de vista da produção e do preço, gerando ganhos razoáveis aos agricultores.

Encontramos dois tipos de arrendamento sendo feitos pelos agricultores que plantam mandioca nos Municípios estudados. Uma renda da terra em produto, que é considerada uma renda não-capitalista ou pré-capitalista da terra. O agricultor paga ao dono da terra renda em produto (mandioca). Podemos observar como exemplo, o agricultor de número 28 que arrendou a terra pagando 3,3 toneladas de mandioca/hectare, livre, já entregue na fecularia, verificado no trabalho de campo (em agosto de 2011).

E o pagamento da renda em dinheiro, segunda forma de arrendamento encontrado na região, que é a renda da terra não-capitalista ou pré-capitalista mais avançada. É feita sua negociação por meio de contrato ou através do empenho da palavra, em contrato verbal entre ambas as partes, por certa quantia em dinheiro. Essa renda, como já vista, é trabalho transformado em produto que ao ser vendido é transformado em dinheiro. Podemos observar o exemplo, o agricultor de número 28 arrendou a terra para plantar mandioca por dois anos, pagando R$ 702,45 ao hectare no período no Município de Ivinhema. Estes são exemplos de renda da terra que já existiam em modos de produção anterior ao capitalista, o que sugere que o capitalismo não se reproduz de forma homogênea no espaço, refletindo isso, na configuração atual de Mato Grosso do Sul, incorporando a renda não-capitalista na circulação da produção.

Além dos 50% de nossa amostragem plantarem mandioca apenas em terras arrendadas, apenas uma pequena porcentagem dos entrevistados plantam mandioca em suas terras próprias, 23% e 27% dos que plantam também em terras próprias necessitam arrendar mais terras, uma vez que suas terras são insuficientes para manter suas respectivas famílias. Queremos demonstrar com isso que a Agricultura Familiar ainda necessita de uma base mais sólida para chegar a um patamar de agricultura bem estruturada e eficiente. Concordamos com Abramovay (1998), quando pretende que o Brasil tenha uma Agricultura Familiar bem consolidada e eficiente na produção de alimentos a exemplo dos países do centro capitalista, mas para se chegar a esse patamar, concordamos com Oliveira (1986) e Martins (1991), que

uma reforma agrária de cedência de terras a essa parcela sem-terra bem como infraestrutura no campo, educação de qualidade, investimentos sociais etc., contribuiria para formação dessa classe.

Nos países do centro capitalista, o agricultor familiar consegue transmitir às gerações seguintes seu legado de relação com a terra, já no nosso estudo, como pudemos constatar, o agricultor familiar, possuidor de pequenas extensões de terras cujas tradições e história de vida estão relacionadas ao campo, não tem conseguido auferir renda da terra suficiente, nem manter seu patrimônio e muito menos tem conseguido transmitir esse patrimônio aos seus filhos. Assim, esses agricultores que não possuem a propriedade privada da terra são obrigados a viver numa situação de precariedade no setor agrícola, transformando-se em rendeiros de terras para agricultarem.

Em face desse desafeto capitalista, desapropriador, essa Agricultura Familiar, ainda preserva uma diversificação na produção, principalmente, com os 50% que possuem terras próprias, sendo que 40% plantam mais de duas culturas agrícolas como: soja, milho, feijão, cana-de-açúcar, urucum, café e maneja gado bovino. Entre os que não possuem terras, 33% plantam apenas mandioca sendo que três têm outras atividades. Assim, para manter a característica de policultura, possuir a terra própria é indispensável.

Analisando apenas os 14 proprietários que possuem terras próprias e suas respectivas utilizações de áreas para o cultivo, identificamos que 63% de suas áreas são destinadas a outros cultivos e manejo de bovinos, enquanto que apenas 37% de suas áreas são ocupadas com o cultivo da mandioca, o que demonstra não ser a principal atividade desses agricultores, mas sim, a policultura, fugindo assim, da especialização que o capitalismo tenta impor aos espaços com a monocultura agrícola à Agricultura Familiar, para que não fiquem reféns das oscilações do mercado e também possam evitar situações adversas entre elas, as condições climáticas. Já os agricultores que não possuem terras e plantam mandioca por meio do arrendamento (16 agricultores), são impossibilitados em manter a diversificação com a policultura, visto que plantam, em sua maioria, apenas mandioca.

Das áreas próprias ocupadas com mandioca, 79% são de tamanho de até 50 hectares, já das áreas arrendadas, 63% possuem tamanho de até 50 hectares e apenas 6% são de tamanho superior a 100 hectares.

Em nossa pesquisa, identificamos mais uma característica da Agricultura Familiar, pela manutenção de várias espécies de mandioca sendo plantadas ao mesmo tempo, como: Fécula Branca, Espeto, Cascudinha, Olho Junto, Nega Maluca e IAC 90. Mas que com a ação das fecularias, certa especialização é inevitável, a exemplo da espécie Cascudinha sendo tirada de linha, uma vez que os agricultores estão deixando de plantar por exigências das indústrias que não conseguem extrair 100% do teor de amido identificado na balança hidrostática, penalizando os agricultores com 10% de desconto no preço.

Outro item que corrobora para aumento dos gastos e fragilização dos agricultores é a falta de maquinários para os tratos lavoureiros: 97% dos participantes da amostragem utilizam plantadeira para fazerem suas plantações, sendo que 54% possuem plantadeira própria, 43% alugam plantadeira para fazer o trabalho de plantação e apenas 3%, ou seja, um agricultor fez a plantação manualmente sem utilizar plantadeira.

No item técnica e plantação, identificamos que 70% (23) dos agricultores empregam apenas o conhecimento popular, sem recorrer ao acompanhamento técnico do manejo da lavoura, e apenas 6 agricultores recorreram ao apoio técnico especializado do Agraer e 1 de um agrônomo particular, o que diminui a extração da renda diferencial II. Portanto, com um acompanhamento técnico apropriado, aumentaria a produtividade por hectare (renda diferencial II).

Já o transporte das raízes até a fecularia, identificamos que 47% dos agricultores transportam suas produções via caminhão próprio, e 50% dos agricultores não possuem caminhão e pagam frete pelo transporte até as indústrias beneficiadoras, e 3%, um agricultor, possui caminhão, mas paga frete para o transporte de suas produções o que significa fração da renda da terra apropriado pelos freteiros.

Consideramos que 50% dos entrevistados, possuem experiência superior a 8 anos de plantio da mandioca, ou seja, nesses locais analisados, a tradição com o cultivo de mandioca dos agricultores, é inerente.

Na nossa avaliação, a produtividade média por hectare se mostrou baixa para 43% dos estabelecimentos entrevistados, pois produzem em média até 25 toneladas de raiz de mandioca por hectare. Consideramos que esta média é a renda do pior solo ou que não utilizaram técnicas adequadas de cultivo, que compõe a maioria dos estabelecimentos da

amostragem. A média de 26 a 29 toneladas de raiz de mandioca por hectare correspondeu a 23% dos estabelecimentos. Já a média de 30 a 33 toneladas o hectare, correspondeu a 20% dos estabelecimentos entrevistados. Consideramos que estas são terras que apresentam uma renda diferencial, ou seja, possuem uma produtividade acima da média geral e isso se deve à qualidade natural do solo e também à utilização de adubos orgânicos ou químicos. As melhores médias dos estabelecimentos entrevistados estão entre 34 a 37 toneladas de raiz por hectare e acima de 37 toneladas por hectare, ambas representam 7%. Portanto, muito pode ser feito para se tirar uma renda diferencial II do solo por meio de acompanhamento técnico e melhoramento de espécies adaptadas aos tipos de solos da região.

A mão-de-obra familiar nas unidades de produção representa diminuição do custo de produção da matéria-prima utilizada pelas indústrias, pois não é computada como custo de produção, uma vez que a família não recebe salário para produzir. Nesta amostragem, 27% dos entrevistados fazem uso de mão-de-obra exclusivamente familiar para os tratos culturais gerais: 43%, a maior parte da amostra, disseram utilizar tanto a mão-de-obra familiar quanto a mão-de-obra contratada para os tratos culturais. Do total, 30% disseram utilizar apenas mão-de-obra contratada. 70% dos entrevistados, portanto, utilizam mão-de-obra familiar, o que diminui o custo da produção e, consequentemente, o preço da matéria-prima apropriado pelas indústrias, devido a monopolização do território.

O trabalho familiar ainda se faz presente no arranque da raiz de mandioca, sendo que com 30% dos agricultores utilizam a mão-de-obra familiar e também a contratação de "turma de arranque". Os outros 70% apenas utilizam a contratação de turmas para o arranque da raiz, devido ser um trabalho muito laborioso, que exige tempo rápido de entrega após a extração com cerca de até 72 horas. A contratação temporal também é uma característica da Agricultura Familiar.

Por meio dessa análise foi possível detectar as maneiras de como as indústrias feculeiras se relacionam com os agricultores: 30% dos agricultores afirmaram que fizeram contrato de venda as fecularias e 70% afirmaram que não fizeram contratos de venda de seus produtos. Esses contratos firmados entre esses dois grupos no segmento feculeiro de Mato Grosso do Sul funciona tão somente para que os agricultores adquiram empréstimos junto aos bancos, não sendo obrigados a entregarem suas produções às empresas com quem firmam os

contratos. Há uma relação de aproximação nesse caso, mas não há a exigência de que esse contrato seja cumprido por nenhuma das duas partes. Assim, os agricultores ficam "livres" para entregarem suas produções às fecularias que lhes tragam mais benefícios, pois o setor se apresenta como concorrencial pela busca de matéria-prima o que é positivo para os agricultores.

Nessa relação entre agricultores/fecularias, os chamados "donos de turmas" de arranque de mandioca se apresentam como um elo entre os dois grupos, pois muitos agricultores ao contratarem os "donos de turmas" de arranque, lhes permitem a escolha da fecularia para a entrega da produção, ou pedem indicação de onde entregar a produção, caso o agricultor não tenha essa aproximação com a empresa.

Constatamos que o procedimento utilizado pela Indústria Agro Comercial Cassava S/A no ano 2008 foi alterada, pois pagava a renda baseado no teor de amido medido pela balança hidrostática com intervalos de 50 gramas para uma renda melhor ou pior, e agora, os agricultores estão recebendo por grama real, ou seja, sem os intervalos de 50 gramas para uma renda melhor ou pior. O mesmo procedimento também está sendo utilizada na fecularia Pilão Amidos do Município de Deodápolis e fecularia INCOL: Indústria e Comércio de Fécula O´linda em Ivinhema.

Outra estratégia para vencer a concorrência em tempos de escassez de matéria-prima pelas fecularias é pagar certa quantia a mais aos agricultores que possuem seus sítios mais próximos a empresas concorrentes ou oferecer ajuda no frete dos transportes de produtos (mandioca) até a fecularia.

As fecularias trabalham com um gerente de compras que negocia a compra da matéria-prima com os agricultores e esses recebem o pagamento com prazo entre sete dias e/ou um mês após a entrega, dependendo da época do ano. A Indústria Agro Comercial Cassava S/A paga normalmente em sete dias após o recebimento da produção. E, a Fecularia Pilão Amidos Ltda efetua o pagamento com um prazo de um mês. A diferença geralmente está no preço: se a fecularia pagar num espaço de tempo menor entre a entrega da mandioca e do recebimento o preço será menor e se num espaço de tempo maior, o preço de recebimento será maior. Então, depende da estratégia do agricultor se espera um espaço de tempo maior ou menor para receber o pagamento do rendimento de seu produto.

Foram constatadas seis média de preços recebidos da tonelada da raiz de mandioca pelos agricultores entrevistados. O primeiro de R$154,50, o segundo de R$162,00, o terceiro de R$172,00, o quarto de R$180,78, o quinto de R$192,50 e o sexto de R$203,06. Com uma diferença do preço entre o primeiro ao último de 23,92%. Isto demonstra que o rendimento da produtividade da mandioca ainda precisa crescer muito para se ter uma renda diferencial razoável. Segundo um nosso levantamento de um estabelecimento da 10ª Linha Município de Deodápolis, o agricultor recebeu por hectare um rendimento livre de despesas de R$2.674,15, ou seja, se uma família possuir uma área de 20 hectares plantada de mandioca colhendo com dois anos obterá, no final, R$53.483,00, um rendimento de R$26.741,50 ao ano. Porém, se a área for arrendada (com preço médio pago pelo hectare de R$ 702,45) no final de dois anos receberá R$39.434,00, ou seja, R$19.717,00 ao ano, uma queda de 26,27% na renda.

Os anseios dos agricultores se mostraram em solucionar alguns problemas setoriais específicos do setor feculeiro. Entre eles, as oscilações de preços da raiz que em média entre os meses do ano é de 25%, enquanto que em outros cultivos, como por exemplo, o milho, chega a uma oscilação média de 17%. Portanto, um preço mínimo anual é sugerido, afim de, trazer maior segurança.

Também, para superar os gargalos no setor, sugerimos que as formas de se adquirir empréstimos dos agricultores arrendatários plantadores de mandioca, seja facilitada com menos burocracia e que os juros sejam os menores possíveis, pois grande parte desses agricultores familiares estão em fragilidade com relação à atividade, não possuem um aparato técnico adequado para o trabalho, recorrendo a alugamento de equipamentos como: plantadeiras, tratores, caminhões para o transporte etc., o que tira significativamente a renda familiar.

Pesquisas para melhoraria das espécies de mandioca para cada tipo de solo são importantes, pois falta esse conhecimento de espécies que melhor se adaptam aos diferentes tipos de solos da região para que produzam com mais qualidade e, assim, se obtenha uma maior renda diferencial II ao produtor.

Incentivar o desenvolvimento de maquinário para o arranque de raiz de mandioca para diminuir o custo por contratação de turmas representa, cerca de 45,10%, (conforme levantamento do custo de produção de um agricultor morador do Município de Deodápolis).

Consideramos que as empresas que operam em apenas uma época do ano, aproveitando assim os meses de maiores ofertas de mandioca, retiram a renda diferencial dos produtores, puxando os preços da raiz para baixo nesses meses do ano, gerando maior renda absoluta (renda da terra artificial) na circulação da mercadoria (da matéria-prima) e também da fécula, uma vez que ocorre também a prática de estocar a fécula e somente vender quando o preço no mercado da fécula estiver muito alto. Com essas práticas, operam com um maior grau de subordinação na renda familiar desses agricultores, quando operam apenas nos meses do ano que a raiz tem maior produtividade, assim, o preço da raiz, é rebaixado.

Os trabalhadores que atuam no arranque da mandioca possuem um número expressivo de mulheres, o que contrapõe a lógica do sexo frágil, já que é um trabalho pesado. São camponesas que sempre trabalharam na lavoura. Nos Municípios de maior tradição no cultivo da mandioca destinado a indústria elas trabalham o ano inteiro nessa atividade, além de carpir e cortar ramas (manivas) para o plantio. Trabalham 8 horas por dia e recebem entre R$ 30,00 a R$ 40,00 pela diária. O organizador da turma, conhecido como “dono da turma” de arranque de mandioca, aparece como um pequeno capitalista que explora o trabalho dos trabalhadoras. No nosso estudo de caso, a mais-valia do organizador da turma chegou mais de 50% do trabalho dos seus subordinados, pois pagava apenas R$30,00 pela diária.

Somente no Município de Ivinhema existem de 10 a 12 turmas de arranque de mandioca atuando junto às propriedades rurais, com cerca de 10 a 12 pessoas trabalhando, muitos deles de maneira informal. Em Deodápolis, existem cerca de 5 turmas de arranque, e, em Fátima do Sul, existem 3, sendo que algumas são legalizadas. As características socioeconômicas dessas trabalhadoras, principalmente os que não trabalham de forma legalizada, mostra uma falta de oportunidade com relação ao trabalho digno e as condições econômicas apropriadas para se viver. Nessas condições, falta ainda o supervisionamento das autoridades trabalhistas, e/ou dos sindicatos dos trabalhadores em fiscalizar a informalidade.

Devido a essas fragilidades precárias de trabalho com alto grau de exploração, propomos que essas trabalhadoras trabalhem em forma de associações para que a produtividade de seus trabalhos sejam divididas entre os membros, escapando da super-exploração do “dono da turma”.

As relações de trabalho dentro das fábricas feculeiras têm passado por modificações no Estado de Mato Grosso do Sul, devido as mudanças técnicas do maquinário e do modelo de gestão empregado pelas gerências, visando otimizar a produção para o aumento da produtividade e do lucro empresarial. Por detrás da otimização do chão de fábrica, está à despersonalização do trabalho, uma vez que o trabalho deixa de ser pautado no ritmo da natureza para ser pautado no ritmo da fábrica (mecânico). Portanto, muda-se a cultura profissional do trabalhador e obriga-o a se juntar as peças das máquinas, apenas como uma extensão desta, ao invés de compor e tocar (disciplinar a fábrica). Portanto, a subordinação passa do grau de formal - quando o capital compra a força do trabalho para apropriar-se do produto, mas não se apossa do modo de fazer as coisas - para real - quando o corpo do operário se apresenta apenas como extensão de uma máquina qualquer obedecendo ao ritmo mecânico.

É importante salientar que, segundo nosso estudo de caso, o ex-operário não estava trabalhando em condições ambientais adequadas no chão de fábrica, pois além de reclamar da elevada temperatura no ambiente, não recebiam um dia de descanso durante todas as semanas do mês, e nem trabalhavam apenas as 8 horas diárias previstas, pois chegavam a trabalhar até 12 horas. Também não recebiam adicionais de insalubridade e de periculosidade que lhe era de direito, devido ao manuseio de cloro (ácido corrosivo) e de vapor. Portanto, é necessária maior atenção das autoridades competentes em fiscalizar as condições desses trabalhadores dentro das fábricas feculeiras no Estado.

As mudanças trouxeram o controle do desperdício do tempo de trabalho e aumento da produtividade. Assim, as fábricas feculeiras de Mato Grosso do Sul estão passando por uma reestruturação, pois trazem profissionais, maquinários, cultura profissional de outras Unidades da Federação tradicionais na atividade, gerando um novo modelo de gestão sob o olhar dos profissionais sul-mato-grossenses.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1998. 275p.

ARANHA, M. L. de A. Trabalhar para quê? In: **Trabalho em debate**. Org. Márcia Kupstas. São Paulo: Moderna, 1997, p. 21 – 38. (Coleção polêmica. Série debate na escola).

BRAND, Antonio. **O confinamento e seu impacto sobre os Pai/Kaiowá**. Dissertação (mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 1993. p.1-75; p.116-132.

CEPEA, **CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA**. Disponível em: http://www.cepea.esalq.usp.br/mandioca/.

COSTA, U. G. **As relações de produção na cadeia produtiva de mandioca: Indústria Agro Comercial Cassava S/A** – Monografia apresentada ao curso de Geografia como parte de conclusão de curso. Glória de Dourados - MS. Glória de Dourados, MS: UEMS, 2008. 101p.

FABRINI, J. E. Latifúndio e agronegócio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital. **Revista Pegada**. V.9, n.1, jun. 2008, pp. 35-62.

_____ **A posse da terra e o sem terra no sul de Mato Grosso do Sul.** Corumbá: AGB, 1996, p. 7-90.

FIGUEIREDO NETO, L. F. F.; RODRIGUES, F. da S. e REINERT, J. N. Caracterização dos Aglomerados Agroindustriais de Mato Grosso Do Sul. In: **SOBER, XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Rio Branco/AC, 20 a 23 de Jul. 2008, p. 1: 13.

GAMEIRO *et al*, A. H. **A indústria de amido de mandioca**. Ed. ALVES, E. R. de A.; VEDOVOTO, G. L. Brasília: Embrapa. 2003. 201p.

GREGÓRIO, E. C e JOIA, P. R. **Uma Análise do Sistema Produtivo de Farinha de Mandioca no Município de Anastácio-MS**. XVII Encontro Sul-mato-grossense de Geógrafos: Novos Olhares da Geografia: Múltiplos Territórios, Múltiplos Fazeres e Múltiplos Saberes, Aquidauana/MS, 28 a 31 de Out. 2009, p145: 152.

HARVEY, D. O neoliberalismo em julgamento. In: **O Neoliberalismo: histórias e implicações.** São Paulo: Loyola, 2008. pp.165-195.

_____ As perspectivas da liberdade. In: **O Neoliberalismo: histórias e implicações.** São Paulo: Loyola, 2008. pp.197-234.

LE BOURLEGAT, C. A. *et. al*. **Arranjo produtivo local de mandioca do Vale do Ivinhema.** Relatório de atividades da expansão da RedeSist. Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de Economia, 2004.

LORENZI, J. O. e DIAS, C. A. de C. **Cultura da Mandioca**. 2ª impressão. Campinas: CATE, 1993;

MANTEGA, G. **A Economia Política Brasileira**. 2ª ed. São Paulo; Petrópolis R. J.: Polis/Vozes, 1984, 288p.

MARTINS, J. S. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. *IN:* **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1995.

_____ Terra de negócio e terra de trabalho: contribuição para o estudo da questão agrária no Brasil. *IN*: **Expropriação e violência.** 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____ **A aparição do demônio na fábrica: Origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário.** Ed. 1º. São Paulo: Ed. 34, 2008, 224 p.

MICHELS, I. CARVALHO, M. da C. MENDONÇA, C. G. **Mandioca.** Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2004, 190p.

MIZUSAKI, M. Y. **Território e reestruturação produtiva na avicultura.** Dourados, Mato Grosso do Sul: Editora da UFGD, 2009, 356p.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____ **Os agrocombustíveis e a produção de alimentos.** Montevideo: 12do Encontro de Geógrafos de América Latina, Egal (Encontro), 2009.

_____ Renda da Terra. **Revista Orientação do Igeog Usp**, São Paulo, n. 7, 1986.

_____ **Modo Capitalista de produção e agricultura.** São Paulo: Ática. 1986.

_____ Agricultura e Indústria no Brasil. In: **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: AGB, 1981. Nº 58.

OLIVEIRA, A. U. de.; MARQUES, M. I. M. O Campo no século XXI. São Paulo: Casa Amarela, 2004. p. 40-70.

OLIVEIRA, T. C. M. de. **Agroindústria e reprodução do espaço –** Brasília: Ministério da Integração Nacional. Campo Grande, MS: Ed. UFMS. 2003.

PREZOTTO, L. L. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. **Revista de Ciências Humanas. EDUFSC**. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis. N. 31, abr. 2002. p.133-154.

RANGEL, Ignácio. **Obras reunidas I e II.** São Paulo: Contraponto, 2001.

LOMBA, Roni Mayer . **Pensando o urbano por meio da capitalização do campo e do processo de industrialização: O caso recente do município de Caarapó MS..** In: 12º Encuentro de Geografos de America Latina, 2009, Montevidéu. Problemática dos espaços agrários. Montevidéu : Easy Planners, 2009. v. 01. p. 01-07.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006. (Coleção Milton Santos; 1).

_____ **Da Totalidade ao Lugar**. Ed. 1. São Paulo: Edusp, 2008. (Coleção Milton Santos; 7).

_____ **Metamorfoses do Espaço Habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANI, J. C. C. **Ciclo da Mandioca no Município de Campo Largo.** Disponível em: http://www.jornalcidade.com/. Acesso em: 17/07/2008 às 17h21min.

SANTOS, J. L. dos.; SUZUKI, J. C. Renda da terra e exploração do trabalho: uma contribuição teórica a partir da perspectiva marxista. In: **Espaços agrários e meio ambiente: Bahia, Bahias.** Org. Marcos Mondardo. Rio de Janeiro: Editora Ponto da Cultura Ltda, 2011, p. 82 – 102.

SCHUROFF, I. A. et. al. **Identificação dos fatores externos que ocasionam ameaças no setor mandioqueiro no município de Ivinhema - MS**. Campo Grande: XIII Congresso Brasileiro de Mandioca. Congresso, 2010. p. 1091 – 1095.

SEBRAE, UNIVAP; **Cadeia produtiva agroindustrial da mandioca: Mato Grosso: diagnóstico.** Sérgio Adão Simão, coordenador. Cuiabá: Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2002.144 p.

SILVA, J. R. da. **Retrospectiva do setor de mandioca e desafios futuros.** XI Congresso Brasileiro de Mandioca. 2007.

SUZIGAN, W. **Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento**. Nova Edição - São Paulo: Hucitec, Ed. da Unicamp, 2000. (Economia & Planejamento; 40. Série "Teses e Pesquisas"; 24).

TOLEDO, V. V. e GANCHO, C. V. Mulheres e homens com as mãos na massa. In: **Trabalha em debate**. Org. Marcia Kupstas. São Paulo: Moderna, 1997, p. 57 – 69. (Coleção polêmica. Série debate na escola).

VALLE, T. L. **Mandioca: dos índios á agroindústria**. Revista Abam. Ano III - Nº11 - Julho - Setembro/2005. Disponível em: http://www.abam.com.br/index.php. Acesso em: 16/07/08 às 10h28min.

VALLE, P. C. S. do. **A dinâmica do conhecimento entre os produtores da agricultura familiar no arranjo produtivo local da mandioca no Vale do Ivinhema.** Dissertação (mestrado). Universidade Católica de Dom Bosco, Campo Grande, 2006, 99p.